

# RISCOS DA PROFISSÃO POLICIAL MILITAR: HISTÓRIAS DE VIDA E RESILIÊNCIA

## POLICE OFFICER RISKS: LIFE AND RESILIENCE STORIES

César Mauricio de Abreu Mello\*

Fernanda Valli Nummer\*\*

### Introdução

No mundo cotidiano, algumas palavras têm o condão de atrair para si uma atenção especial e imediata. A palavra “risco” é uma delas. É difícil imaginar uma pessoa que, ao se deparar com um aviso de “risco de morte”, “risco de queda”, “risco de choque elétrico”, por exemplo, não pare para refletir e mude imediatamente seu comportamento. Ademais, no senso comum, a palavra risco é utilizada numa diversidade de outros significados, tais como: “risco Brasil”, “risco de mercado”, “riscos da pobreza”, “riscos de desemprego”, “riscos de contrair doenças” etc., todos eles atraindo a cautela e a pru-

dência necessárias de quem lê ou de quem os ouve.

No meio acadêmico não é diferente. A polissemia do risco, ao admitir muitos entendimentos enquanto palavra e muitas representações enquanto conceito, justifica inúmeras pesquisas científicas em diferentes áreas do conhecimento que vão desde a sua relação com outras palavras, como “perigo”, “ameaça”, “incerteza”, “segurança”, entre outras, até suas relações simbólicas e culturais ao nível individual ou percebido por toda uma sociedade.

Desta forma, conceituar a palavra “risco” é uma tarefa difícil e complexa pois “seus limites e fronteiras são ambíguos, visto que

\* Tenente Coronel da Polícia Militar do Pará, atualmente ocupando o cargo de Chefe da Casa Militar da Governadoria. É mestrando do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (UFPA/Belém/PA/BR). mello.cesar@gmail.com.

\*\* Graduada em ciências sociais, Mestre e Doutora em antropologia social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará e professora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (UFPA/Belém/PA/BR). fernandanummer@gmail.com.

sua noção se converte em múltiplos significados e conotações sociais” (AREOSA, 2008, p. 1). Concordam com esta ideia Douglas e Wildavsky (1982, p. 4) quando afirmam que: “como não existe uma única concepção correta de risco, não há uma maneira de fazer com que todos os demais o aceitem”.

Spode e Merlo (2006), Oliveira e Santos (2010), Minayo, Souza e Constantino (2007, 2008), Constantino (2012), Constantino, Ribeiro e Correia (2013), dentre outros, debatem o risco do ponto de vista de como ele é percebido pelos policiais e o papel estruturante que o risco desempenha em todos os aspectos do seu trabalho. Esses autores concordam que os policiais constituem uma categoria profissional bastante vulnerável à produção de sofrimento psíquico, ao elevado estresse, e a um sem número de situações de riscos epidemiológicos e sociais, pois seu trabalho é marcado por um cotidiano em que a tensão e o perigo estão sempre presentes, uma vez que “seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam” (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p. 18).

Desse modo, após a análise, interpretação e comparação das diversas correntes teóricas, somadas à experiência profissional dos autores e tendo como pano de fundo a atividade policial militar, entende-se o risco de como a condição de ser policial militar causa algum tipo de dano físico ou emocional, prejuízos nos trajetos profissionais ou nas relações sociais do sujeito.

As percepções dos riscos, como fator humano, compreendem os valores, as crenças e a maneira como esses profissionais interagem com as culturas profissionais, sejam formais ou informais. Assim, é possível perguntar: quais as percepções dos riscos associadas à profissão de policiais militares que atuam na Região Metropolitana

da cidade de Belém, estado do Pará? A fim de responder a tal indagação, foi realizada uma pesquisa (MELLO; NUMMER, 2014) que apontou que as percepções de riscos, associados à profissão pelos policiais militares, que trabalham na Região Metropolitana da cidade de Belém, são diferentes dos que trabalham no interior do estado.

Neste estudo, partimos dos resultados da pesquisa anteriormente citada e buscamos compreender como as origens sociais, os trajetos e os projetos de vida influenciam e alteram a maneira pela qual os riscos, associados à profissão, são percebidos e vivenciados pelos policiais que atuam na região metropolitana de Belém. A hipótese principal é a de que origens sociais, trajetos e projetos de vida ligados à profissão, diferenciados, criam maiores ou menores condições de exposição a diferentes riscos, que não são, todavia, determinantes para a exclusividade de um modelo de risco – tomado aqui apenas como analítico – e sim vivenciado em suas múltiplas determinações.

## 1. Caminhos metodológicos

O *insight* inicial, que nos possibilitou chegar a uma categorização dos riscos, surgiu por meio dos resultados obtidos pelo emprego da técnica denominada *grupo focal*, que foi aplicada em dois grupos distintos de policiais militares da Polícia Militar do estado do Pará, que exerciam suas atividades laborais na capital do estado (cidade de Belém – grupo focal 1) ou em uma cidade do interior do estado (cidade de Soure – grupo focal 2). Essa pesquisa identificou alguns dos riscos: (1) riscos sociais, compreendidos aqui dentro do contexto de “estigma”, tratam dos perigos associados ao significado cultural da profissão, pois ser policial já é em si um risco; (2) os riscos

epidemiológicos, relacionados à probabilidade de ocorrências de lesões, mortes e traumas (físicos e psicológicos); (3) os riscos voluntários, ligados diretamente ao gosto pelo enfrentamento e pela ousadia como opção; e, finalmente, (4) os riscos jurídicos, representados pelas consequências administrativas e jurídicas advindas de decisões erradas. Estas classificações são didáticas, pois sabemos que as situações de perigo enfrentadas na condição de policial militar reúnem uma combinação desses modelos analíticos (MELLO; NUMMER, 2014).

Vários estudos sobre os riscos (ADAMS, 2009; BERNSTEIN, 1997; BLASTLAND E SPIEGELHALTER, 2015; BURROWS, 2007; GARDNER, 2009) são baseados no que Lupton (2013) chama de “perspectiva técnico-científica do risco”, isto é, indicam a utilização de instrumentos científicos usados para monitorar, medir e calcular os riscos, portanto trazem a noção de risco como cálculo de probabilidades.

Percebe-se ainda que esta tem sido a perspectiva hegemônica presente nas culturas institucionais dos órgãos de Segurança Pública do país, em particular pelas polícias militares do Brasil, e que esse olhar deixa de considerar os aspectos sociais e culturais que interferem na compreensão desses mes-

mos riscos. Esta pesquisa se afasta deste enfoque ao investigar a percepção dos riscos pelos policiais militares, através do método qualitativo da História de Vida<sup>1</sup>, em função das possibilidades que essa ferramenta nos oferece em entender os aspectos culturais e sociais que cercam e que influenciam a maneira de pensar, de perceber o mundo à sua volta e de agir frente aos inúmeros perigos que se lhes apresentam nos momentos de serviço, ou de folga de cada entrevistado.

Partindo da categorização preliminar de risco, utilizou-se o método “história de vida” para estudar a dinâmica das percepções de risco pelos policiais militares que vivenciaram cada um dos tipos de risco classificados, a priori. Foi utilizado um roteiro de temas norteadores para os encontros, e todas as narrativas, à exceção de uma<sup>2</sup>, foram gravadas em áudio e transcritas; a técnica de análise do *corpus* foi análise temática<sup>3</sup>.

Guérios (2011) afirma que história de vida é um método que permite ao pesquisador complexificar a observação dos fenômenos sociais e obter inúmeros ganhos em relação a outros métodos qualitativos. Conceituada nas palavras de Queiroz (1988, p. 275), a história de vida é “uma técnica de entrevistas empregadas pelo cientista so-

1. Não se utiliza a designação de história oral por considerar-se que história oral é um método de pesquisa que privilegia os estudos sobre “acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam” (ALBERTI, 2005, p.18). Assim, as definições de história oral e história de vida têm perspectivas diferentes, embora ambas se apoiem em relatos orais. Na primeira, especialmente historiadores, tem como objetivo a fonte histórica, ou seja, recorrer às entrevistas individuais para a reconstrução histórica, enquanto a segunda, principalmente os sociólogos, consideram estas mesmas entrevistas como relatos autobiográficos. A escolha por uma ou outra depende do objeto e dos objetivos do estudo.

2. Um dos entrevistados não se mostrou “confortável” ante a possibilidade da entrevista ser gravada. Assim, os pesquisadores optaram por não fazê-lo.

3. Análises temáticas “são as que tentam principalmente revelar as representações sociais ou os juízos dos locutores a partir de um exame de certos elementos constitutivos do discurso” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008, p. 228).

cial, que obtém um ‘relato de um narrador sobre sua existência através do tempo’”.

Quanto à discussão sobre a validade científica desse método, apesar da reconhecida controvérsia acerca das narrativas biográficas, onde tem-se em lados opostos Franco Ferrarotti, defensor da “autonomia biográfica” (1983) e Pierre Bourdieu com “A ilusão biográfica” (1996), concordou-se com a recente ideia de pacificação levantada por Passeggi (2014) que conclui que Bourdieu se “converteu” ao método biográfico, após quase três décadas de polêmicas, ao publicar seu *Esboço de autoanálise* (2005). Segundo a mesma autora, isto se deu pois “as mudanças sociais, ao longo dos últimos trinta anos, esmaeceram, no entanto, os argumentos utilizados por Bourdieu para denunciar a ilusão biográfica” (PASSEGGI, 2014, p. 227).

Vários cuidados foram observados para se garantir a “confiabilidade julgada satisfatória” acerca da “validade” dos dados obtidos (PENEFF, 1994, p. 29). A primeira delas foi o “controle” sobre o conteúdo do relato biográfico, como forma de evitar que o pesquisador fosse manipulado durante as entrevistas. Seguindo as orientações de Peneff (1994), tal controle foi obtido pela “manifestação, pelo sociólogo [pesquisador] (em suas reações, questões, colocações) de um bom conhecimento da época e do meio evocados na entrevista (...), o conhecimento histórico, econômico, demográfico, político das situações” (PENEFF, 1994, p. 29). Outros pontos que mereceram atenção foram sugeridos por Silva et al. (2007) e se relacionam com os cuidados na transposição do registro oral para o escrito em função das dificuldades de restituição do valor semântico das falas.

Um ponto particularmente importante dentro desta pesquisa foi a tentativa de redução da violência simbólica, pois, sendo o primeiro autor deste artigo um oficial com-

batente da Polícia Militar do Pará e todos os seus entrevistados subordinados hierarquicamente, poderiam, durante as narrativas, alterar os fatos acontecidos como forma de justificar ou até mesmo esconder possíveis erros ou enaltecer demasiadamente os acertos. Em relação a esse tema, duas observações se fizeram absolutamente necessárias. Lembra-nos Silva et al. (2007, p. 32) que “o método começa a partir do desejo do entrevistado de contar sua vida. Pede-se ao sujeito que conte sua história, **como achar melhor** [grifo nosso] nos moldes de entrevista não estruturada”.

A fim de minimizar tal condição de violência simbólica, várias medidas foram adotadas. Primeiro, todos os entrevistados participaram voluntariamente da pesquisa, isto é, consentiram livre e espontaneamente a utilização dos dados coletados para fins desta pesquisa assinando um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Segundo, antes das entrevistas foram explicados: 1) os objetivos da pesquisa, cujo ponto central é a tentativa de melhor entender os riscos associados à profissão policial para possibilitar o desenvolvimento de instrumentos capazes de reduzir tais riscos; 2) a natureza exclusivamente acadêmica do trabalho; 3) as questões relacionadas à confidencialidade que impedirão a revelação das identidades dos entrevistados que, neste trabalho, receberão nomes fictícios de Antônio, Bernardo, Charles e Daniel. Como terceira medida, as entrevistas foram marcadas mediante um contato prévio e os sujeitos foram escutados em local e hora designadas ao seu critério. Todos os entrevistados optaram por realizar os encontros na Casa Militar, talvez por estar situada em um local central da cidade e longe dos seus ambientes familiar e de trabalho. Finalmente, foi solicitada ao entrevistado a permissão para gravar a conver-

sa, a fim de recuperar, a posteriori, a maior quantidade de detalhes possíveis. Em todas as entrevistas estiveram presentes ambos os pesquisadores.

Finalizados os encontros, na transcrição das entrevistas, deu-se atenção especial ao “não dito”, isto é, os silêncios, os suspiros seguidos de silêncio, as elevações de tonalidade de voz e a todas as emoções percebidas, já que constituem uma importante fonte de análise. Nos trechos de descrição dos relatos, os autores deste artigo optaram por evitar frases confusas, redundâncias verbais e tiques de linguagem. Declarações informativas foram relatadas em estilo indireto e, em algumas das transcrições das falas dos entrevistados estão apresentadas entre colchetes as expressões corporais consideradas significativas para “dar o colorido particular ao discurso oral e preencher uma função eminente da comunicação [...]” (BOURDIEU, 1999, p. 710), qual seja, torná-la completamente legível para quem não ouviu o discurso original. As informações entre parênteses são ou supressão de trechos de falas ou explicações necessárias, incluídas pelos pesquisadores, para o entendimento da narrativa e formas usuais da comunicação oral foram mantidas nas citações.

Como recorte especial, embora a corporação tenha sua abrangência e autoridade exercida em todo o estado do Pará, esta pesquisa ficou restrita aos policiais militares que trabalham na Região Metropolitana da cidade de Belém (RMB). A decisão de manter tal restrição se deu por três razões principais: 1) a seleção de amostra foi intencional e várias unidades da RMB apresentavam policiais com as características que se buscavam; 2) atentando às questões éticas, as unidades policiais militares da capital possuem policiais suficientes em cada turno para nos possibilitar a realização do grupo focal em

seus horários de serviço, sem que isso afetasse a dinâmica do policiamento em execução naquele turno; 3) as questões ligadas à acessibilidade, as enormes distâncias entre algumas unidades da PMPA, a dificuldade de acesso a várias delas e os elevados recursos financeiros necessários para os deslocamentos, alimentação e estadia durante o trabalho de campo foram fatores limitadores na escolha dos entrevistados.

Dentro dos quartéis da RMB, escolheram-se seis sujeitos através de uma seleção intencional dentre os policiais que sofreram algum dano físico ou emocional, ou prejuízo aos trajetos profissionais e/ou às relações sociais, associados à exposição aos riscos já antes categorizados. Das seis entrevistas realizadas, quatro foram escolhidas e serão apresentadas por entendermos que se adequaram à classificação de riscos elaborada a priori: Antônio sofreu uma lesão física grave durante seu turno de serviço; Bernardo foi processado juridicamente, administrativo e penalmente em função de sua participação em uma ocorrência policial que o prejudicou na vida profissional e pessoal; Charles se expôs intencionalmente a um risco considerado maior do que a técnica policial militar recomenda, e para o qual não tinha treinamento; e Daniel foi reconhecido como policial e por isso agredido fisicamente, tendo ficado com sequelas físicas e emocionais ratificadas oficialmente pela corporação.

## 2. Antônio: os riscos epidemiológicos

Antônio é da cor parda, olhos e cabelos negros, cerca de 1:60m de altura e tem 45 anos de idade. De aparência magra, possui no rosto as marcas do tempo características de uma pessoa que começou a trabalhar ainda criança. De fala firme e curta, não é de muitas

palavras. Apresentou-se em trajes civis para a entrevista e, mesmo não parecendo tenso ou nervoso, se limitava apenas a responder às perguntas e a criticar as instituições ligadas à Área de Segurança Pública:

Porque em termo de justiça, a gente prende hoje e amanhã o elemento é solto. Daí também muitas das vezes a gente se esbarra em esfera administrativa [pausa, pensativo]: como trabalhei no interior, se você prender o cara e ele for parente dum cidadão lá de importância política, você é transferido mesmo que o trabalho (policial militar) que você esteja fazendo seja um trabalho digno [negação com a cabeça], ou aceita a influência política e se torna corrupto (Antônio).

Criado pela mãe, que era servente em uma escola, foi o único dos sete filhos que entrou na polícia em parte por influência do tio que era sargento da PM e exercia o cargo de “comissário de polícia”<sup>4</sup> em uma cidade do interior do estado. Quando criança, com sete ou oito anos, fazia vendas na rua de chopp<sup>5</sup>, picolé, frutas. Quando completou dez anos, passou a trabalhar num

matadouro da cidade que recrutava meninos para fazer o serviço geral (limpeza das instalações, limpar bucho, couro de boi etc.). Depois, foi cobrador de ônibus e, em 1994, com 23 anos, avisado pelo tio, fez o concurso da Polícia Militar em uma cidade do interior (que não conhecia) somente porque era mais fácil de passar. Passou no concurso, fez o curso de formação lá mesmo e ficou servindo na unidade como estafeta<sup>6</sup> até o ano de 1997, quando conseguiu uma transferência para um quartel da capital (Belém), onde passou a executar o trabalho de “patrolheiro”<sup>7</sup> em viaturas.

Sobre o acidente, relatou que estava de serviço sentado no banco de trás da viatura com a arma<sup>8</sup> na mão, quando seu telefone tocou. No momento em que foi atender, a viatura passou por um buraco e a pistola escorregou para frente. Ao tentar pegá-la com a mão fraca<sup>9</sup>, ela disparou, acertando-o na mão e no seu pé. Em consequência, passou vários dias em hospitais e quase dois anos em casa, impossibilitado de voltar a trabalhar. Numa investigação administrativa interna, foi punido disciplinarmente pelo disparo da arma. Voltou ao trabalho adminis-

4. Em decorrência da inexistência de Delegado de Polícia em algumas cidades do interior do estado do Pará, até os anos 1960, policiais militares acumulavam, em caráter de excepcionalidade, as funções daquele no município. Em termos práticos, exerciam conjuntamente as atividades de policiamento ostensivo e de investigação.

5. Chopp, também conhecido como sacolé, geladinho, dindin, chup chup, é suco de fruta congelado em um saco plástico.

6. Estafeta é a atividade exercida normalmente por um soldado ou cabo que consiste em entregar e receber as correspondências (documentação) daquela unidade policial. É uma escolha pessoal do comandante e requer, em unidades mais afastadas da capital, várias horas ou dias de viagem em ônibus ou barcos para se chegar ao Quartel do Comando Geral da PMPA.

7. Uma Guarnição (GU) é a unidade mínima que compõe uma viatura policial militar. É composta pelo motorista e pelo patrolheiro. Pode haver mais de um patrolheiro. O policial militar com maior posto ou graduação daquela GU é o comandante.

8. Todos os policiais militares que trabalham em viatura recebem, mediante cautela, uma pistola “padrão”, calibre .40 (ponto quarenta).

9. A “mão fraca” é a mão contrária àquela usada para as tarefas principais. Para os destros, a mão fraca é a mão esquerda.

trativo em 2009 e foi reformado<sup>10</sup> no ano de 2010, quando tentava passar no curso para sargentos. Atribui a “culpa” do ocorrido à Polícia Militar, por não o ter treinado suficientemente no manuseio com a pistola.

Eu analiso assim que foi culpa da instituição que não me deu o devido amparo no sentido de me profissionalizar corretamente [olha nos olhos de cada pesquisador]: eu não tive curso de pistola, como ela funcionava, trocaram o revólver pela pistola e não me deram essa capacitação (Antônio).

Vários autores, dentre os quais Spode e Merlo (2006), Oliveira e Santos (2010), Minayo, Souza e Constantino (2007, 2008), Constantino (2012), Constantino, Ribeiro e Correia (2013), discutem como o risco é percebido pelos policiais e a natureza estruturante que ele desempenha durante os serviços e também nos horários de folga. É consenso, entre eles, que os policiais constituem uma categoria profissional vulnerável à produção de várias de situações de risco, pois seu trabalho é marcado por um cotidiano em que a tensão e o perigo estão sempre presentes. Nas palavras de Antônio:

É uma atividade perigosa, cem por cento [pausa longa, pensativo], porque a gente lida com todo tipo de pessoa, bota em risco a vida de outro e a nossa (Antônio).

Um desses riscos diz respeito à probabilidade de ocorrência de lesões, traumas e mortes quase que por razões óbvias. Duran-

te o seu turno de serviço, o policial está (na esmagadora maioria das vezes) armado. A arma é seu principal instrumento de serviço. Ele deve portá-la sempre em condições de pronto emprego. Muitas vezes, de arma em punho, aponta para a direção de seu olhar com o dedo no gatilho. Outras, aponta para o chão, para cima, guarda-a em seu coldre<sup>11</sup> ou a pendura ao corpo pela bandoleira<sup>12</sup>. Entre esses movimentos, precisa manuseá-la com cautela, rapidez, perícia e segurança. Quando está sob pressão de tempo ou pela proximidade de um perigo, ou ainda, quando necessita exercer múltiplas atividades ao mesmo tempo, tais atividades se tornam mais arriscadas.

Eu era patrulheiro (...) foi nessa hora que já era meio-dia [pausa, pensativo], estava com a pistola em “pronto-emprego” na mão, [demonstra em gestos sem levantar da cadeira], nessa hora o telefone tocou e eu pensei que era o coronel; daí quando eu fui querer atender o telefone, mas quando a gente tinha passado por trás do cemitério, (...) o terreno um pouco cheio de buraco, lombada (...) quando chegou na curva, ele (o motorista) deu uma freada eu estava com telefone e senti que a pistola caiu (...). Quando eu fui tentar pegar, pois eu pensei que se ela caísse ela iria disparar e poderia atingir um dos dois (policiais militares que estavam também na viatura) que estavam na frente, ou eu mesmo, [olha nos olhos de cada pesquisador], quando eu fui tentar pegar ela disparou. Eu fui tentar pegar com a mão esquerda (...) no momento não senti dor, não senti

10. Procedimento administrativo que exclui o PM do serviço ativo e o transfere para a reserva remunerada permanentemente.

11. Acessório, normalmente preso ao cinto do policial, usado para armazenar a pistola.

12. Acessório preso em ambas as extremidades da arma longa que permite ao policial pendurá-la ao lado do corpo.

quase o meu pé. Eles ficaram apavorados. O tiro pegou primeiro na mão, varou e desceu por aqui assim [mostrando com a mão a trajetória do projétil até atingir o pé] (Antônio).

### 3. Bernardo: os riscos jurídicos

Bernardo é da cor parda, cabelo curto e rosto redondo. Com pouco menos de 1:70m de altura, gosta de jogar futebol e admite estar um “pouquinho” acima do peso. De fala calma e perfeitamente articulada. Inicialmente, Bernardo afirmou tacitamente que não falaria do incidente, pois este ainda estava em processo de julgamento e perguntou se seu advogado precisava estar presente na entrevista. Depois de esclarecido os objetivos da pesquisa, Bernardo afirmou que responderia quaisquer perguntas, mas que não falaria do incidente e não autorizou a gravação.

Filho de um mestre de obras e de uma mãe doméstica, tem quatro irmãos homens em que o mais velho é policial militar e foi quem o influenciou a escolher essa profissão. Entrou na PMPA como soldado com 21 anos de idade e cursou o ensino médio já como soldado. Trabalhou em vários quartéis e, como era habilitado, passou a dirigir viaturas.

Quando Bernardo começou a narrar seu trajeto profissional como motorista pelos quartéis nos quais prestou serviço, ele tocou no braço da pesquisadora que estava sentada ao seu lado e disse: “Eu quero falar do incidente”. Ambos os pesquisadores deixaram de lado o bloco de anotações para ouvir o seguinte relato de Bernardo. Em janeiro de 2005 ele estava de serviço em uma viatura quando ouviu pelo rádio um chamado do CIOP<sup>13</sup> determinando seu deslocamento para apoio em uma perseguição a um suspeito. Ao

chegar ao local, estacionou a viatura próximo ao “ponto crítico”<sup>14</sup> e, por ser motorista, permaneceu ali enquanto seu patrulheiro se deslocava até o local. De onde estava, via uma grande aglomeração de pessoas e ouviu vários disparos de arma de fogo. Após o término da ocorrência, ficou sabendo que naquela perseguição um inocente foi morto e que os policiais eram acusados de tê-lo matado por engano.

O fato foi amplamente divulgado na imprensa local e nacional e mudou permanentemente sua vida. Primeiro, teve que mudar de quartel, pois a mãe da vítima passou a persegui-lo. Seus parentes e vizinhos o indagavam a todo momento sobre o ocorrido. Oito meses após o incidente, sua prisão foi decretada, mesmo ele provando que não havia disparado um único tiro. Sua esposa estava grávida e ele foi preso.

A gente está mais machucado de quem está aqui fora [batendo mão direita fechada no peito]. Mas, quando a família chega para nos visitar na cadeia, temos que mostrar que somos fortes (Bernardo).

Durante o período em que ficou preso, sua mãe adoeceu e morreu (segundo Bernardo, em decorrência do acontecido) e sua mulher deu à luz a seu filho.

Eu não acompanhei a gravidez da minha mulher nem o crescimento do meu filho, pois até os dois anos ele não podia entrar na cadeia para me visitar. Quando chegou lá pela primeira vez, nem me conhecia (Bernardo).

Ao descrever o que mudou em sua vida após o incidente, Bernardo disse que

13. Centro Integrado de Operações Policiais.

14. Ponto crítico é o local central da ocorrência.

[...] a coragem foi embora [pausa longa, baixa a cabeça e a balança em sinal afirmativo]. A pessoa que escorrega em uma casca de banana não erra de novo. Antes, eu era destemido, corajoso [pausa, pensativo], hoje [pausa longa, olha nos olhos dos pesquisadores], não é falta de coragem, mas é diferente (Bernardo)

E na sequência, sobre sua família e amigos:

Interferiu muito em minha vida, pois a imprensa notificou muitas vezes e meus vizinhos e amigos começaram a ter dúvidas acerca da minha inocência [pausa, pensativo]. Só não foi pior porque eles já sabiam quem eu era. Até a minha filha chegou do colégio um dia mostrando um jornal (entregue por um colega) que dizia que eu tinha matado um cara (Bernardo).

Adicionalmente, afirmou ter sido vítima de preconceito por parte de policiais militares que diziam às escondidas “eu não vou trabalhar com esse cara que vai me levar para uma confusão junto”.

Questionado sobre a ação do colega que fez o disparo, Bernardo afirma:

Não tem aquele curso assim que nos prepara para aqueles segundos. Nem a SWAT prepara para enfrentar uma situação como essa [olha nos olhos dos pesquisadores]. Vamos adquirindo mais experiência com a idade e com o trabalho nas ruas. Aprendemos que nem tudo se resolve com uma arma.

No decorrer da sua atividade laboral, o policial militar vivencia uma miríade de situações nas quais tem que decidir certa-

damente, sob circunstâncias desfavoráveis de tempo e de estresse. Nesse cenário, nasce uma segunda categorização de risco bastante evidenciada e temida pelos policiais militares, que é a possibilidade de um erro de julgamento que acarrete em uma decisão equivocada, ou a participação em uma operação que resulte em morte ou ferimentos de inocentes e que tragam consequências administrativas e jurídicas adversas.

Oliveira (2013) é um dos autores que alerta para o fato de que o cérebro não trabalha normalmente sob situações de estresse e que pressão e medo prejudicam a habilidade de pensar lógica e criativamente.

O mesmo autor cita estudos e pesquisas de Siddle (1995), Oslon (1998), Grossman (2004), LeDoux (2001) e Artwohl e Christensen (1997), que demonstram várias alterações fisiopsicológicas (e involuntárias) nos seres humanos levados à reação de sobrevivência<sup>15</sup>, como a “visão em túnel” (diminuição do campo visual), a “redução ou anulação auditiva” do que se passa ao redor, perda temporária de memória, comportamentos descontrolados, ações repetitivas, perda das habilidades motoras finas etc.

É inequívoco que o uso da força letal pela polícia traz enormes consequências para a sociedade. Porém, o policial também é altamente impactado. Ele sabe que cada decisão sua, certa ou errada, trará consequências para o resto de sua vida. Durante o confronto ele tem preocupações adicionais que transcendem o perigo iminente de morte ou ferimentos graves. Diversas perguntas devem ser respondidas adequadamente nas frações de segundos que antecedem sua tomada de decisão. Deve ou não usar a força? O que acontecerá se ele

15. Reação de sobrevivência é aquela resultante de um perigo súbito onde a vida do policial é colocada em risco (OLIVEIRA, 2013).

decidir usar sua arma de fogo? A Polícia Militar ficará ao seu lado? Seus pares irão concordar com sua atitude? Como será a reação da imprensa e da sociedade? O que pensarão os membros da sua família?

Burrows (2007) garante que as consequências de uma decisão de usar a força letal representam, para muitos policiais, uma “nova realidade” que os separa de seus colegas e, em algumas vezes, tem repercussão em seus relacionamentos pessoais e profissionais.

Dror (2007) salienta o quanto a percepção e a tomada de decisão são peças-chave para a performance policial. Continua argumentando que decidir pelo uso da força envolve uma considerável e complexa equação de consequências e probabilidades de diferentes alternativas, e que tal decisão é fortemente baseada na percepção do risco que, por sua vez, é dependente de uma variedade de percepções, mecanismos cognitivos e experiência.

Hoje, depois de quase três anos preso, Bernardo está trabalhando normalmente porque conseguiu anular o julgamento que o condenou. No entanto, aguarda manifestação da Justiça que irá marcar um novo julgamento.

#### 4. Charles: os riscos voluntários

Charles é baixo, com os braços musculosos. Ao andar, manca, em consequência de um tiro que recebeu em um confronto armado e que o levou para a reforma do serviço ativo. Quando chegou para a entrevista usava calças jeans, camisa de malha apertada e um boné que conferia uma aparência despojada ao mesmo tempo em que lhe possibilitava transitar sem chamar atenção para sua escolha profissional. Trazia consigo uma pasta contendo dezenas de

recortes de jornal onde aparecia (ou era citado) prendendo suspeitos e/ou posava para fotos com produtos recuperados de roubos. À medida que falava, Charles retirava os recortes de jornal da pasta e os exibia com orgulho na mesa, citando os apelidos e as gangues a que pertenciam cada um dos suspeitos: “Esse aqui [apontando para um suspeito no recorte de jornal] eu consegui prender quando estava de folga”. Filho de um pai garçom (do Hotel Hilton, fez questão de mencionar com orgulho) e uma mãe funcionária da SESP (Secretaria de Estado de Saúde Pública), estudou em regime de internato no SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) desde criança, onde aprendeu a gostar da hierarquia, da disciplina e dos estudos. Entrou para a polícia militar no limite máximo de idade, aos 24 anos de idade, com a intenção de ajudar as pessoas:

Eu achava que iria somar, achava que eu poderia ajudar em muita coisa, poderia fazer muita coisa pela sociedade, tanto é que eu era professor (de ensino técnico do SENAI) e larguei para entrar na segurança pública. O salário de soldado na época era mais baixo que o de professor. Desde a infância eu sempre gostei, eu estudava interno do SENAI, eu entrava às sete horas da manhã e saía às sete horas da noite (...). Onde eu estudei era regime militar, inclusive o professor era militar, era ordem unida, era tudo lá [rindo e fazendo o gesto de continência militar], a gente ia marchando para a sala [rindo]. Os exemplos do professor, da hierarquia, da disciplina motivaram a entrada na polícia e também eu vendo a sociedade aí né, eu poderia fazer alguma coisa, eu poderia somar né, como eu mostrei que alguma coisa eu fiz pela sociedade (Charles).

Em relação ao incidente, contou que estava à disposição da junta médica, ou seja, afastado do serviço por questões de saúde, quando foi até a casa de sua mãe. Chegando lá percebeu uma confusão na rua.

Eu entrei na casa da minha mãe e eu vi todo mundo gritando lá, uma gritaria lá, fui ver, fumaça. Aí eu corri pra lá [agitado, olhos arregalados, movimentando-se na cadeira], tinha um sargento do EB (Exército Brasileiro), todo fardado, aí eu falei pra ele: o que está acontecendo aí? [bate no ombro da pesquisadora representando como fez com o sargento]. Um incêndio aí [reproduzindo o que teria sido a resposta do sargento]. Mora um casal aí? [aumenta o tom de voz para repetir o que perguntou]. Mora [reproduzindo o que teria sido a resposta do sargento]. Cadê? [jogando a cabeça para trás, repetindo o que perguntou para o sargento]. Tão aí dentro [reproduzindo o que teria sido a resposta do sargento]. Por que tu não vai buscar, pô? [gesticula como se questionasse o sargento com as palmas das mãos viradas para cima e os braços abertos]. Eu não, olha como é que tá o fogo aí [reproduzindo o que teria sido a resposta do sargento]. Me dá aí a tua roupa [reproduzindo o que disse ao sargento, abrindo e fechando a mão direita com a palma virada para cima]. Ele me deu o colete, aí me jogaram lama, água e a Liberal<sup>16</sup> filmando lá [exclamando], me melaram todinho (com lama) e eu entrei (Charles).

Perguntado se ele pensou racionalmente antes de tomar a decisão de entrar na casa em chamas:

Na hora eu pensei na morte e na vida deles lá e fui entrando. Dois segundos só tem,

no máximo três [pausa, pensativo]. Se pensar muito não vai entrar. O medo vai dominar e não tem como a gente entrar mais. Pensei em morrer sim, quando eu saí, desabou (a casa). Tem ações que dá tempo de pensar, outras não. Uma é diferente da outra (Charles).

Ao longo desta pesquisa, percebeu-se que o risco é um fenômeno complexo que produz sentimentos de medo, perigo e ameaça, mas que também proporciona uma série de outras recompensas psicossociais, como o reconhecimento pelos pares e pelo público e emoções associadas à satisfação e ao prazer.

Um estudo de Stephan Lyng (2005) apresenta a noção de “Edgework”<sup>17</sup> que discute o comportamento daqueles que se arriscam voluntariamente – seja em determinados tipos de atividades laborais, seja em seus momentos de lazer. Para esse autor, a exposição voluntária a riscos pode ser entendida como uma forma radical de escapar das “rotinas institucionais” da vida contemporânea, ou uma expressão especialmente pura dos imperativos culturais e institucionais da ordem social emergente ou, em outras palavras no âmbito da linguagem da teoria social, como “adquirir e utilizar aptidões finamente aperfeiçoadas e vivenciar intensas sensações de autodeterminação e controle, propiciando assim uma escapatória de condições estruturais que apoiam uma alienação e socialização excessiva” (BLASTLAND; SPIEGELHALTER, 2015, p. 230).

O desejo pela exposição voluntária ao perigo e pela ousadia como opção de escolha profissional apresenta o risco dentro de uma conotação positiva e muitas vezes necessária, que fazem parte do *ethos* do traba-

16. Refere-se à emissora de televisão “TV Liberal”, afiliada da Rede Globo na cidade de Belém.

17. Termo cunhado por Hunter S. Thompson, cuja tradução livre poderia ser “trabalho no limite”.

lho policial. Nas palavras de Minayo, Souza e Constantino (2008, p.188): “Quem não se arrisca está fadado à morte no sentido real e simbólico”.

Charles, em suas falas, demonstra satisfação e orgulho ao enfrentar o perigo: “Esse evento foi um a mais (...) se tiver outras eu vou entrar de novo [pausa para enfatizar com o dedo indicador em riste]”.

As autoras Minayo e Souza (2003) constataram, em suas pesquisas, que durante uma situação de confronto com o perigo, a sensação da adrenalina percorrendo o corpo é tão prazerosa que ofusca o sentimento de medo presente.

Na mesma direção caminha La Mendola (2005, p. 86) ao afirmar que “o impulso para arriscar-se trabalha, de qualquer modo, no interior das personalidades; permanece a necessidade de demonstrar o próprio valor a si mesmo e aos outros, ainda que com características de tipo narcisístico ou exibicionista” (LA MENDOLA, 2005, p. 86).

Charles evidenciava sua coragem, mediante relatos de outros casos onde desafiou o perigo e se expôs a situações extremamente arriscadas como em um confronto armado onde, sozinho, já ferido e caído ao chão, continuou trocando tiros com vários bandidos, ao mesmo tempo. Tal obsessão de provar sua superioridade e bravura demonstra claramente o que Elias (1997) chamou de *ethos guerreiro*, um conjunto de disposições psicológicas e sociais que favorecia, ou mesmo estimulava, entre a nobreza europeia da Idade Média, um comportamento orientado pela *expertise* nas artes

da guerra. Na Polícia Militar, é claramente evidenciado (e até estimulado) um reforço positivo para aqueles policiais “operacionais” que, mediante a inclinação para o confronto corporal violento, dão provas de bravura. Por sua ação de entrar em uma casa em chamas e arriscar sua vida, Charles foi promovido “por bravura”<sup>18</sup>.

## 5. Daniel: os riscos sociais

Vítima de sua escolha profissional, Daniel chegou à entrevista envergonhado. Estava vestido em trajes civis e permanecia visivelmente constrangido em revelar a humilhação a que fora submetido três anos antes. Começou a entrevista falando baixo, uma voz quase inaudível, olhando para o chão durante quase toda a conversa. Só levantava os olhos para os entrevistadores quando estes lhe dirigiam alguma pergunta. O constrangimento era visível também nas suas mãos entrelaçadas apoiadas sobre o abdômen quando começou a relatar sua infância sofrida:

Minha infância não foi uma infância boa, foi uma infância perturbada porque eu não tive pai [pausa, pensativo, cabeça baixa], eu tive padrasto. Eu apanhava de tamanco, pau, fio elétrico. Meu padrasto chegava em casa às duas e meia da manhã e pedia laranja. Aonde eu ia conseguir laranja a uma hora dessas? [pausa longa, cabeça baixa]. Aos doze anos eu saía com meu irmão pela madrugada do Curió<sup>19</sup>, onde morava, até o Ver-o-peso<sup>20</sup> para vender sacos de cimento vazios que eu encontrava no lixo de uma fábrica. Se eu não

18. A “promoção por bravura” é uma decisão exclusiva do Governador do Estado que, após reconhecer que o policial militar (em um evento específico) agiu com extrema coragem e bravura, geralmente arriscando sua própria vida, o promove à graduação ou ao posto superior ao que ocupava naquele momento. Uma medalha denominada “Sotero de Menezes” também pode ser concedida como reconhecimento “pelos feitos heroicos”.

trouxesse dinheiro eu apanhava [suspiro], eu e meu irmão. Minha mãe também apanhava. Com 15 anos, saí de casa e fui morar na casa de uma conhecida (Daniel).

Sobre sua entrada na polícia, disse que ingressou com 24 anos como opção de emprego:

Eu terminei o segundo grau com a intensão de procurar outra coisa, fazer uma faculdade na época. (...) eu estava conversando com um colega meu, porque eu saía quase todo dia atrás de emprego, eu trabalhava [pausa, pensativo], era [pausa, pensativo] autônomo, se diz. Aí, esse meu colega disse que ia ter o concurso da polícia militar. Aí eu fiquei pensando: será que vai ser bom pra nós? Só que naquele tempo era menos violento, a gente não ouvia falar em morte de policial [pausa longa, olhar fixo no chão]. Eu gostava de ver, era empolgado e entrei. Meu colega (que passou no mesmo concurso) era o (...) que morreu em serviço (Daniel).

No decorrer de seu trajeto profissional, Daniel relatou que concluiu um curso de especialização em Polícia Comunitária<sup>21</sup> no mês de maio de 2015, mas que achava que tal filosofia era uma ilusão:

Agora em maio eu fiz polícia comunitária (referindo-se ao curso de promotor de polícia comunitária oferecido pela corporação). Já tenho três desses. Isso já tá se tornando uma palhaçada, ninguém vai enganar a polícia na rua, nos quartéis com esse negócio de polícia comunitária, não sei o que mais (...) porque quem so-

fre é a gente na rua [suspiro longo]. A gente tá trabalhando lá, na rua, desmotivado de prender o bandido. A polícia de hoje em dia não quer mais prender o bandido [sacode a cabeça negativamente]. Sabe qual é o pensamento do policial? É o de matar o bandido porque se vai responder bronca responde por uma coisa só [suspiro]. Se eu vou responder um baleamento eu vou responder um homicídio porque eu sei que de lá ele não vai sair mais, enquanto se eu balar a perna dele, depois ele vai atrás de mim. O país esconde a realidade e a gente vai empurrando com a barriga. Eu vou ter treinamento para mudar isso? Eu vou ter treinamento apenas para me resguardar? Eu tenho que ter treinamento para me resguardar. Não tenho arma, [pausa, pensativo], tenho a da instituição. Não tenho arma pessoal por falta de condições financeiras (Daniel).

Ao iniciar o relato sobre o incidente, Daniel lembrou que estava fardado e desarmado dentro de um ônibus intermunicipal indo para sua residência depois de ter saído de serviço. Era por volta do meio-dia quando percebeu que o ônibus estava sendo assaltado:

Os caras me assaltaram dentro do ônibus [suspiro longo]. Eu fardado dentro do ônibus, (...) os caras subiram, só que nessa altura eu estava olhando assim pro lado e não vi a hora que os caras subiram no ônibus, só que eu fui desarmado. Os caras não me viram dentro do ônibus e quando chegou mais à frente eu me espantei com aquele barulho de pistola [olha espantado para os pesquisadores], e

19. Bairro do Curió-Utinga, cidade de Belém.

20. Mercado municipal do Ver-o-peso. Fica no centro histórico da cidade de Belém a cerca de 10 km em linha reta do bairro do Curió-Utinga.

21. Polícia Comunitária é uma filosofia de estratégia organizacional que tem como premissa uma aproximação mais efetiva entre as polícias e as comunidades.

um disse: Olha isso aqui é um assalto, ninguém se mexe que isso aqui é um assalto e se tiver polícia aqui dentro vai morrer [aumentou o tom de voz quando repete o que um dos assaltantes disse]; se eu tivesse armado eu teria estourado a cabeça dele e o outro iria pular lá na frente ou eu poderia logo ter pulado nele. Ele (o assaltante) me viu e disse: sai daí polícia, tu vai morrer, tu vai morrer, te deita no chão. Tiraram minha farda [pausa longa e suspiro], fiquei só de cueca [direcionou o olhar para a professora e fez uma expressão de envergonhamento balançando a cabeça negativamente], me deram porrada, me chutaram, levaram a gente pro ramal<sup>22</sup>. Pegaram uma criança e disseram: polícia, se tu reagir eu estouro a cabeça desse muleque aqui. Levaram a gente pro ramal, mandaram todo mundo descer do ônibus, todo mundo deitou no chão e eu pensei: eu não vou morrer assim não, eu não vou morrer sem lutar. Aí eu fiquei observando, um ficou no meio, um lá na frente e um aqui comigo. Tinha um mata-gal grandão assim [abre um dos braços movimentando-o no ar da direita para esquerda], eu já estava todo arrebitado, na perna, no rosto. Aí mandaram eu deitar no chão e quando eu fui me abaixar, ele (um dos assaltantes) abaixou também [demonstrou encolhendo o corpo], aí eu dei-lhe um murro nele que ele caiu pra trás, nisso a pistola dele dispara e eu me joguei pra dentro do mato. Quando eu me joguei, era tiro, tiro, aí tinha uma ribanceira e eu me joguei lá pra baixo e dei com a cabeça na árvore e saí correndo dentro do mato e eles não foram atrás de mim. Foi que eu me escapei. Um cara pra ser

polícia tem que ter tranquilidade e ter atitude. Se estivesse armado eu teria morrido porque eles teriam achado minha arma. (...) Isso foi em novembro de 2012 (Daniel)<sup>23</sup>.

Após o ocorrido, Daniel passou uma semana afastado do trabalho. Disse que encarou o fato como normal, apesar de ter mudado seu comportamento, de ter passado quase um ano sem dormir direito, de ter frequentado um psiquiatra e de só pensar em se “recuperar” para ir atrás dos bandidos:

Essa experiência só me deu mais vontade de não livrar a cara do bandido. Peguei, matei [cabeça baixa e tom de voz enfático com pequena pausa entre as duas palavras]. A partir disso, fiquei mais alerta, não pego ônibus fardado, porque assim civil fica menos propício deles me conhecer se sou polícia ou não, se eu tiver fardado ele vai logo me conhecer. Eu vou observando mais até chegar no meu destino (...). Polícia tá no sangue. Eu gosto de ser polícia, se eu tivesse de escolher outra profissão eu ficaria na polícia mesmo (...). Meus planos pra aposentadoria é ficar em Mosqueiro<sup>24</sup>, nem ler jornal, nem ver televisão porque com certeza que eu vou ver (notícias sobre crimes) eu vou ficar indignado (Daniel).

Percebemos que ficaram visíveis as sequelas desse incidente. Mesmo com as diversas afirmações de Daniel, que teria “superado” a questão, sua linguagem corporal contradizia suas palavras. Inúmeras vezes ratificou que, em função do ocorrido, sempre andava armado e “pronto para o com-

22. Estrada secundária, trilha entre vegetação.

23. Diante do sofrimento apresentado no relato, não foi solicitado que o entrevistado contasse mais detalhes do ocorrido, mas seu comandante imediato, à época do fato, acrescentou em contato informal que o policial sofreu outros tipos de humilhação como o fato dos bandidos terem urinado nele enquanto estava deitado no chão.

24. Mosqueiro é uma ilha pertencente ao município de Belém e distante cerca de 60 km desta.

bate”. Durante a entrevista, Daniel estava desarmado e se mostrou aborrecido quando indagado sobre o motivo.

Perguntado a Daniel se considera sua profissão arriscada:

O maior perigo é na folga, porque eu tô desprevenido [pausa pensativo]. No serviço eu tô com os companheiros. De folga é cada um por si, eu tenho que defender a mim e a minha família (Daniel).

Ser policial já é, por si só, um risco. E este risco se apresenta numa intensidade ainda maior quando o policial está fora de serviço. As razões para explicar tal fenômeno necessitam de um estudo mais aprofundado, mas, pela experiência profissional destes autores e pelos “estudos de caso”<sup>25</sup> das circunstâncias que envolvem a morte de policiais fora de serviço, podem-se apontar algumas possíveis causas: 1) as técnicas e táticas que são apreendidas pelo policial nos cursos de formação e especialização pouco se aplicam nos cenários onde ele estará sozinho, isto é, sem um policial que lhe sirva de cobertura, sem os equipamentos de segurança individual e de comunicação que utiliza durante o serviço e, mais ainda, sem o apoio imediato institucional de outros policiais de serviço; 2) policiais fora de serviço são vítimas de emboscadas, onde os marginais têm como manipular as variáveis de tempo, local e *modus operandi*<sup>26</sup> com que vão atacar; 3) algumas vezes, esses policiais são reconhecidos pelos marginais (em função da sua *heris corporal*, de tatuagens indicativas, pelo linguajar etc.), ou são identificados como poli-

ciais no momento da abordagem para o cometimento do delito; 4) há situações onde o policial, mesmo estando à paisana e fora de serviço, se sente compelido (pelos dispositivos legais, pelos vizinhos ou pela sociedade) a reagir ao presenciar um assalto. Essas são as causas apontadas, nas palavras de Daniel.

Esta percepção de risco foi comprovada pelos resultados da pesquisa “Vitimização e percepção de risco entre profissionais do sistema de segurança pública”, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2015, ao mostrar que 74,9% dos policiais apresentam um temor alto, ou muito alto, de ser vítima de homicídio estando fora de serviço. A mesma pesquisa indica que 77,5% dos policiais militares do Brasil tiveram algum colega próximo vítima de homicídio fora de serviço (BUENO; HANASHIRO, 2015).

Na Polícia Militar do Pará, no período compreendido entre os anos de 2000 e 2014, morreram 326 policiais militares. Destes, 257 morreram estando fora de serviço, ou seja, 78,83% dos policiais militares mortos não estavam de serviço (PARÁ, 2015).

## 6. Origens, trajetórias profissionais e projetos de vida

Conforme explicado anteriormente, esta pesquisa partiu da hipótese que a adesão do policial à cultura organizacional institucional e, conseqüentemente, suas formas de perceber os riscos, se dá de forma diferenciada e leva em consideração a origem social, os trajetórias profissionais e o projeto de vida do sujeito.

25. Aqui, refere-se ao procedimento metodológico e didático que avalia as circunstâncias de uma determinada ocorrência policial apontando erros, acertos e possíveis alternativas. Serve como base para treinamento da tropa.

26. Maneira de agir.

A origem social do policial militar encontra relação com o risco na medida em que influencia sua escolha profissional e as diferentes formas de reconhecimento e prática das culturas formais e informais da profissão. Pinto (1998) analisou, a partir de estudos com militares do exército francês, a influência das origens sociais sobre o trabalho de conversão dos sujeitos aos valores do grupo. A origem social será analisada aqui como local de nascimento e moradia, profissões dos pais e irmãos, escolaridade e locais de sociabilidade anteriores ao ingresso na corporação.

Dos quatro entrevistados, Antônio e Bernardo ingressaram na polícia militar por influência direta de parentes. Charles decidiu ser policial militar pois gostava da disciplina e da hierarquia que vivenciou durante seus estudos secundários. Daniel precisava de um emprego, de qualquer emprego.

Os trajetos de vida, especialmente os associados à profissão, são os percursos do sujeito ao longo da sua história de vida que, no caso particular desta pesquisa, vêm ao encontro dos objetivos colocados a priori. Em relação a estes, Mello e Nummer (2014) observaram que o policial que trabalha em cidades do interior do estado tem uma percepção de perigo diferente daquele que exerce suas funções na capital. Dessa forma, quando ele muda de ambiente, sua percepção de risco fica alterada e o policial do interior se sente mais inseguro na capital, já que sua postura, suas habilidades no trânsito, seu comportamento, sua *hexis* corporal, suas “verdades” e todo o repertório técnico, que funcionam tão bem e lhe garantem a segurança no interior, podem não servir (e geralmente não servem) na capital.

A experiência é outro ponto que merece destaque nesta discussão. Policiais, que presenciaram ou que já participaram de confrontos armados ou de cenários em que ele próprio ou outros policiais foram feridos, tendem a ter uma visão de risco diferente daquele que nunca experimentou ou foi testemunha de um dos casos citados. Os que já passaram pela experiência tendem a adotar comportamentos de vigilância para evitar situações de perigo semelhantes às que viveram ou testemunharam.

Nummer (2010) aponta as relações existentes entre trajetórias de vida e projetos de vida dos policiais militares do Rio Grande do Sul. Para essa autora, “seguir carreira” nem sempre é um projeto de vida, especialmente se o policial já ingressa na profissão com elevado capital escolar. França e Nummer (2015), ao estudarem policiais militares pertencentes à Brigada Militar<sup>27</sup>, chegam à mesma conclusão. Segundo as autoras, há uma enorme diferença entre aqueles que se autorreferenciam como pertencentes à instituição, isto é, os que “são policiais” e os outros que apenas “trabalham na polícia”<sup>28</sup>. Os primeiros estariam associados a uma

Origem social de classes sociais urbanas e rurais de baixa renda ligadas às atividades laborais na agricultura ou a profissões militares e de polícia, ao não investimento no capital cultural ligado aos títulos escolares, ao desejo de seguir carreira na profissão e aos ganhos secundários associados a esta como privilégios que podem ser acionados a partir das redes de solidariedades que são trazidas à tona por meio da identidade profissional (FRANÇA; NUMMER, 2015, p. 316-317).

27. A Polícia Militar do estado do Rio Grande do Sul recebe a denominação de “Brigada Militar”.

28. As autoras se referem a “ser brigadiano” e “trabalhar na Brigada”.

Desejosos de seguir carreira e permanecer na instituição, esses profissionais, que “são policiais”, geralmente se dedicam às instruções e aos treinamentos. Trabalham de maneira técnica e investem capital econômico e cultural em capacitação e equipamentos. Na outra extremidade, prosseguem as mesmas autoras, temos aqueles que “trabalham na polícia”, que consideram sua permanência na instituição como transitória, significando que seu projeto de vida é sair da instituição.

Dentro dos trajetos de vida, os capitais<sup>29</sup> herdados e adquiridos também influenciam sua relação com o risco em vários cenários. Policiais militares com maior poder aquisitivo têm condições de adquirir melhores equipamentos individuais e, conseqüentemente, estarão em melhores condições de executar suas tarefas de policiamento. Uma boa lanterna, por exemplo, é capaz de iluminar o alvo, cegar momentaneamente o agressor, clarificar o aparelho de pontaria da arma e culminar com um disparo mais certo. No mesmo grupo, se enquadram aqueles que têm condições de pagar por treinamentos e cursos privados. Uma condição econômica desfavorável pode fazer com que um policial faça uso de meios de transporte públicos, como ônibus e vans, se expondo a mais riscos, principalmente se os usa vestindo a farda, recurso utilizado para não pagar as passagens. Na mesma direção, aqueles que se deslocam em motocicletas, seja pelo custo mais baixo de aquisição e operação, seja pela rapidez de locomoção devido à moradia em áreas

periféricas, ficam muito mais expostos aos riscos do trânsito. Os dados coletados permitem afirmar que outros capitais podem ser empregados, especialmente o capital simbólico, que pode ser acionado através de privilégios adquiridos em função das redes de relacionamentos construídas dentro e fora da corporação. Esses privilégios estão associados ao tipo de serviço executado, administrativo ou operacional, turnos e local de serviço escalado, de maior ou menor índice de ocorrências, entre outros.

Os projetos de vida são compreendidos aqui como perspectivas futuras em relação à profissão racionalizadas pelos sujeitos, desde seu ingresso na corporação até seus arranjos e rearranjos durante os trajetos profissionais. Velho (2003) aponta que os projetos individuais podem ser modificados de acordo com outras relações sociais dos sujeitos que não a profissão. O autor afirma que, neste sentido, eles são racionalizados, em parte, pelos sujeitos. Por isso, buscou-se compreender quais eram as expectativas futuras dos entrevistados em relação à profissão e como elas podem ter sido modificadas por uma situação vivenciada de dano físico, psíquico ou social.

Para Bourdieu (2001), quando o mundo econômico e social se apresenta permeado de exclusões e profundamente diferenciado entre aqueles que detêm os capitais mais valorizados naquele campo social, o poder sobre as possibilidades objetivas comanda a relação com o futuro, logo, os projetos de vida. Nenhum dos entrevistados manifestou

29. Observa-se nesse ponto que, nesta pesquisa, usou-se o entendimento de “capital” adotado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1996), que o entende como todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social: capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), capital social (relações sociais que podem ser acionadas em termos de recursos de dominação), capital corporal (utilização do corpo em sentido real ou simbólico para obtenção de ganhos), o próprio capital econômico (renda, salários, imóveis), entre outros.

perspectivas de trocar de profissão. Analisando as origens sociais, percebe-se que todos vieram de classes populares e o emprego público estável como policial militar facilitou seus acessos a uma série de benefícios econômicos e sociais, por exemplo, aqueles associados à seguridade do emprego estatal, como férias e décimo terceiro salário.

Alguns dos entrevistados encontram na profissão a oportunidade de se aventurar, de se tornarem “heróis”, de serem reconhecidos por atributos e qualidades diferenciados de um cidadão comum. Na mesma direção, Bittner (2003) descreve os predicados desejáveis a um policial nos Estados Unidos no período entre as duas grandes guerras mundiais:

O que se requeria dos recrutas eram as virtudes ‘ másculas’ da honestidade, lealdade, agressividade e coragem visceral (...) Este aspecto (...) do trabalho policial tinha como compensação, a nobreza do serviço, a oportunidade de contribuir para o melhoramento da vida e, por fim, mas não menos importante, a promessa da aventura (BITTNER, 2003, p. 15-16).

Portanto, percebemos que as causas que determinam o ingresso na polícia ou a forma como o sujeito administra este pertencimento fazem com que o policial lide com o risco de uma maneira diferenciada. Para uns, o risco fascina, atrai, é prazeroso e vários ficam viciados em risco. Para outros, o risco paralisa, sufoca e traumatiza.

### Considerações finais

O propósito desta pesquisa foi investigar as percepções de riscos associados à profissão pelos policiais militares que trabalham na Região Metropolitana da cidade de Be-

lém, estado do Pará, buscando-se entender as relações entre as origens sociais, os projetos de vida, os trajetos dos sujeitos e as percepções de riscos desses mesmos policiais militares.

Considerou-se que a escolha do método qualitativo “História de Vida” foi essencial por ter revelado um precioso conteúdo de elementos que nos possibilitou um melhor entendimento do fenômeno “risco” dentro de uma visão do trabalho policial militar.

Das entrevistas, alguns pontos merecem destaque. Primeiro, a Polícia Militar aparece, para todos os entrevistados, como um emprego estável, capaz de possibilitar o sustento da família. E quase todos os entrevistados entraram na instituição próximos do limite de idade, como se tivessem procurado antes por outras alternativas de emprego. Três deles não conheceram os pais, portanto, não possuem referências paternas. Um ponto que chama a atenção é que todos os entrevistados não falaram sobre planos de crescer na profissão e, apesar de terem vivenciado momentos críticos, não possuem projetos para deixar a polícia. Outro ponto em comum é o sentimento generalizado de que a instituição não os está preparando adequadamente para enfrentar os riscos do dia a dia. Alguns mudaram seu comportamento após os incidentes e afirmam estar mais “vigilantes” e “cautelosos”, pois sabem que podem até ter o domínio da técnica, mas nunca terão o domínio do fenômeno.

Os entrevistados, após vivenciarem a exposição ao risco, de uma forma analítica, podem ser classificados em dois perfis dominantes. No primeiro, se veem como “justiceiros” e se sentem fazendo parte da instituição, com a visão de que a polícia representa o bem e os criminosos o mal que precisa ser combatido e eliminado, como Charles, que relata “limpar a área onde

mora” ou Daniel que afirma que “alguém tem que fazer alguma coisa e que podia pegar trinta anos de cadeia, mas gostaria de levar uns vinte vagabundos para o buraco”. No segundo, aqueles que se consideram “vítimas desculpabilizadas”, que buscam na intelectualização<sup>30</sup> uma forma de criticar a cultura institucional, como se estivessem à parte da corporação. Nesta categoria, enquadram-se Antônio que, em vez de admitir a culpa por estar com uma arma fora do coldre ao mesmo tempo em que atendeu ao telefone e se feriu com um disparo, afirma “eu culpo pelo ferimento a Polícia Militar que não me proporcionou o treinamento adequado”; e Bernardo que, ao se referir ao processo administrativo que respondeu (e foi absolvido) no âmbito da Polícia Militar, disse: “Eu tive a sorte de ter sido julgado por alguém de rua<sup>31</sup>”, sugerindo uma interpretação possível de que, na cultura institucional, nem sempre os que julgam as ações operacionais são os que têm experiência vivida no serviço de rua e se expõem aos riscos considerados “reais”.

Estes perfis são analíticos, mas nos fazem refletir sobre o fato de que policiais, mesmo após vivenciarem a exposição ao risco e sofrerem sequelas físicas, emocionais, econômicas, nas relações sociais, continuam expostos aos mesmos ou a outros riscos associados à condição profissional de policiais militares. Por isso, é fundamental uma reformulação e adequação dos cursos de formação e de autoproteção das corporações com

vistas a incluir tópicos relacionados às técnicas de tomada de decisão em situações de elevado estresse, e também suas implicações emocionais, jurídicas e sociais.

## Referências

- ADAMS, J. Risco. São Paulo: SENAC, 2009.
- AEROSA, J. O risco no âmbito da teoria social. 2008. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/323.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2013.
- ALBERTI, V. Manual de história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ARTWOHL, A.; CHRISTENSEN, L.W. Deadly force encounters: what cops need to know to mentally and physically prepare for survive a gunfight. Colorado-USA: Paladin Press, 1997.
- BERNSTEIN, P.L. Desafio dos deuses: a fascinante história do risco. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- BITTNER, E. Aspectos do trabalho policial. São Paulo: Edusp, 2003.
- BLASTLAND, M.; SPIEGELHALTER, D. Viver é perigoso: o que as estatísticas dizem e as pessoas pensam sobre os riscos do dia a dia. São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- BOURDIEU, P. Razões práticas. 3. ed. Campinas: Papirus, 1996.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). A miséria do mundo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. Meditações pascalianas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- \_\_\_\_\_. Esboço de autoanálise. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

30. Bourdieu (2001) ao refletir sobre a experiência do tempo na relação entre o *habitus* e o mundo social, ou seja, as esperanças subjetivas e as oportunidades objetivas, afirma que a exclusão para fora do mundo da prática tende a ser transformada em privilégio cognitivo.

31. Bernardo respondeu a um processo administrativo interno chamado Conselho de Disciplina, composto por três oficiais da Polícia Militar, cada um deles representando os papéis de acusador, defensor e presidente. No caso em particular, o presidente do Conselho era um oficial com um longo histórico profissional dentro das Operações Policiais Especiais.

- BUENO, S; HANASHIRO, O. Pesquisa de vitimização e percepção de risco entre profissionais do Sistema de Segurança Pública. São Paulo, FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//regionais\\_diagramado.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//regionais_diagramado.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2015.
- BURROWS, C. Critical decision making by police firearms officers: a review of officer perception, response, and reaction. *Advance Acces Publication*, p.273-283, 2007.
- CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vividos por policiais civis: estudo comparativo em dois municípios do Estado do Rio de Janeiro. *CONVENCIÓN INTERNACIONAL DE SALUD PÚBLICA*. 2012. Disponível em: <<http://www.convencional2012.sld.cu/index.php/convencional2012/paper/view/574>>. Acesso em: 12 mar. 2015.
- CONSTANTINO, P.; RIBEIRO, A.P.; CORREIA, B.S.C. Percepção do risco entre policiais civis de diferentes territórios do Estado do Rio de Janeiro. *Ciência Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: Abrasco, 2013, vol.18, n.3, p. 645-655. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232013000300010&tlng=pt&nrn=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300010&tlng=pt&nrn=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 12 mar. 2015.
- DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. *Risk and culture: an essay on the selection of technological and environmental dangers*. London: University of California Press, 1982.
- DROR, I.E. Perception of risk and the decision to use force. *Advance Acces Publication*, p.265-272, 2007.
- ELIAS, N. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FERRAROTTI, F. *Histoire et histoires de vie*. Paris: Téraèdre, 2013.
- FRANÇA, M.C.C.C.; NUMMER, F.V. Ofícios e profissões: entre trajetórias e perspectivas. In: ECKERT, C.; ROCHA, A.L.C. (Orgs.). *Etnografias do trabalho, narrativas do tempo*. Porto Alegre: Marcavivual, 2015, p. 304-319.
- GARDNER, D. *Risco: a ciência e a política do medo*. Rio de Janeiro: Odisseia, 2009.
- GROSSMAN, D. *On Combat: the psychology and physiology of deadly conflict in war and in peace*. USA: Warrior Science Publications, 2004.
- GUÉRIOS, P.R. O estudo de trajetórias de vidas nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. *Campos - Revista de Antropologia Social*. Santa Catarina: UFPR, v. 12, n. 1, pp. 9-29, 2011. Disponível em: <[ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/campos/article/download/28562/18785](https://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/campos/article/download/28562/18785)>. Acesso em: 21 jun. 2014.
- LA MENDOLA, S. O sentido do risco. *Revista de Sociologia da USP*, v.17, n. 2, p. 59-91, 2005.
- LEDOUX, J. E. *O cérebro emocional: os misteriosos alicerces da vida emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LYNG, S. *Edgework: the sociology of risk taking*. New York: 2005.
- LUPTON, D. *Risk*. 2. ed. London/New York: Routledge, 2013.
- MELLO, C.M.A.; NUMMER, F.V. Policial Militar: uma profissão de risco. *Anais. 29ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA*. Natal/RN. 2014. Disponível em: <<http://www.anaisda29rba.org/#!/gt64/cbyu>>. Acesso em: 12 mar. 2015.
- MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R.; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. 2007, vol.23, n.11, p. 2767-2779. ISSN 0102-311X. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-3111-2007001100024X&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-3111-2007001100024X&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 20 out. 2013.
- MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R.; CONSTANTINO, P. *Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R. *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial civil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

- NUMMER, F.V. “Ser brigadiano” ou “Trabalhar na brigada”: estilos de vida entre soldados da Brigada Militar. 2010. 260f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- OLIVEIRA, K.L.; SANTOS, L.M. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. *Sociologias*. Porto Alegre: UFRGS. 2010, v.12, n.25, p. 224-250. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/17743>>. Acesso em: 02 jan. 2014.
- OLIVEIRA, H.W.S. *Autodefesa contra o crime e a violência: um guia para civis e policiais*. São Paulo: Baraúna, 2013.
- OLSON, D.T. Deadly force decision making. *FBI Law Enforcement Bulletin*. Washington: FBI. V.67, n.2, p. 1-9, 1998.
- PARÁ. Diretoria de Inteligência da Casa Militar da Governadoria. *Relatório de vitimização de policiais militares*. Belém. 2015.
- PASSEGGI, M.C. Pierre Bourdieu: da “ilusão” à “conversão” autobiográfica. *Revista da FAEEBA*, Salvador: UNEB, v. 23, n. 41, p. 223-235, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/838>>. Acesso em: 03 fev. 2015.
- PENEFF, J. Les grandes tendances de l’usage des biographies dans la sociologie françaises. *Politix*. 1994. Marseille: Persee v. 7, n. 27, p. 25-31. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/polix\\_0295-2319\\_1994\\_num\\_7\\_27\\_1861](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/polix_0295-2319_1994_num_7_27_1861)>. Acesso em: 12 mar. 2015.
- PINTO, L. Experiência vivida e exigência científica de objetividade. In: CHAMPAGNE, P. et al. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998, p.13-57.
- QUEIROZ, M.I.P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, O.M.V. *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 14-43.
- QUIVY, R. CAMPENHOUDT, L.V. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 2008.
- SIDDLE, B.K. *Sharpening the Warrior’s Edge*. Belleville: PPCT Research Publications. 1995.
- SILVA, A.P. et al. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de história de vida. *Mosaico: estudos em psicologia*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG. v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/mosaico/index.php/mosaico/article/view/6/4>>. Acesso em: 10 dez. 2014.
- SPODE, C.B.; MERLO, Á.R.C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. *Psicologia, reflexão e crítica*. Porto Alegre. 2006, vol.19, n.3, p. 362-370. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/20312?show=full>>. Acesso em: 10 dez. 2014.
- VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

## RESUMO

Este artigo analisa o fenômeno da percepção dos riscos de ser policial militar, segundo o ponto de vista de alguns integrantes da Polícia Militar do Pará. Categorizou-se, a priori, quatro tipos de riscos: o risco social, o risco epidemiológico, o risco jurídico e o risco voluntário. Utilizando-se o método História de Vida, pode-se perceber nos relatos dos quatro entrevistados que as origens sociais, os trajetos e os projetos de vida de cada sujeito interferem na maneira como ele percebe os perigos relacionados à sua condição de policial militar. Além disso, sua experiência vivida diante da situação relatada modifica seu estilo de vida e seu comportamento profissional.

## PALAVRAS-CHAVE

Pará. Polícia Militar. Origens sociais. Trajetos profissionais. Projetos de vida.

## ABSTRACT

This article analyzes the phenomenon of perceived of risk from the point of view of the police officers of Para Military State Police. First, we categorized four types of risks: social risk, the epidemiological risk, legal risk and voluntary risk. Using the method of Life History can be seen in the story of four respondents that social origins, trajectories and life plans of each subject interferes with the way he perceives the dangers related to their status as military police officer, furthermore, their lived experience in the related situation, change your lifestyle and your professional behavior.

## KEYWORDS

Pará. Military Police. Social origins. Professional paths. Life plans.

Recebido em: 16/10/15

Aprovado em: 22/03/16